

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO
ANTÔNIO DE POSSE/SP

CONCURSO PÚBLICO
05/2026

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- **04h30 (quatro horas e trinta minutos)** é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;

d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Saudade não é nostalgia

Quando escrevo sobre fatos ou lembranças da minha vida é comum me perguntarem se eu queria que o tempo voltasse, para viver como no tempo que passou, só que nos dias de hoje.

Não, eu não quero que o passado volte, nem que o ontem seja de novo o tempo de hoje. A vida anda para frente. Cada momento é único e não tem volta, nem resgate. Sua lembrança fica para sempre, ainda mais quando é uma recordação gostosa de pessoas, de situações, de lugares, em instantes em que a vida pegou leve e por isso sua recordação é boa e vem sem aviso, como que para mostrar que sua vida é boa e que valeu a pena.

Quem sou eu para achar que o que aconteceu antes pode substituir o que acontece agora ou vai acontecer depois?

Não, não quero reviver o passado, nem tentar ressuscitar o que teve seu momento, mas agora é a lembrança de uma coisa que passou e que por isso não volta mais.

O que passou fica na prateleira das lembranças. Não há volta, não há possibilidade de retorno porque não há como reviver o que já foi vivido. Mesmo que você faça acontecer de novo, exatamente da mesma maneira como aconteceu antes, será outro momento, outro tempo, e as pessoas também terão mudado. Não será nunca a continuação de alguma coisa que vive na lembrança. Será um momento novo, que pode ser maravilhoso, mas será outro momento, outra experiência, outro instante na sequência da vida.

Uma coisa é a saudade saudável, que chega em lembranças boas de uma vida boa; outra é a nostalgia amarga de um tempo que passou, mas que a pessoa quer reviver porque acha que foi melhor do que o agora.

Eu não quero o passado de volta. Quero que ele permaneça passado, para que minha história, o meu aprendizado, as experiências, os momentos, os fatos e os feitos pautem o caminho, para que eu viva melhor o presente.

MENDONÇA, Antônio Penteado. Saudade não é nostalgia. *Crônicas da cidade*. Disponível em <<https://cronicasdacidade.com.br/cronicas/2019/06/05/saudade-nao-e-nostalgia/>>.

QUESTÃO 01

No texto “Saudade não é nostalgia”, predomina a narração em:

- (A) terceira pessoa, com o narrador defendendo o seu ponto de vista sobre o assunto.
- (B) primeira pessoa, com o narrador defendendo o seu ponto de vista sobre o assunto.
- (C) primeira pessoa, com o narrador apresentando só o ponto de vista de outras pessoas sobre o assunto.
- (D) terceira pessoa, com o narrador apresentando só o ponto de vista de outras pessoas sobre o assunto.
- (E) primeira pessoa do plural, pois o narrador nunca apresenta o seu próprio ponto de vista sobre o assunto.

QUESTÃO 02

O sentimento de “nostalgia” é corretamente definido como:

- (A) ligeira tristeza ocorrida pela lembrança de coisas vividas no passado.
- (B) ligeira tristeza ocorrida pela expectativa do que pode vir a acontecer no futuro.
- (C) sensação de alegria intensa pela lembrança de coisas vividas no passado.
- (D) sensação de alegria pela expectativa do que pode vir a acontecer no futuro.
- (E) indiferença total em relação a lembranças de coisas vividas no passado.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa cujo trecho apresenta uso de palavra em sentido figurado.

- (A) “Cada momento é único”
- (B) “O que passou fica na prateleira das lembranças.”
- (C) “Quero que ele permaneça passado”
- (D) “escrevo sobre fatos ou lembranças da minha vida”
- (E) “por isso sua recordação é boa”

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cuja palavra destacada introduz o sentido de causa.

- (A) Todas as tarefas devem ser executadas **como** eu lhe indicar.
- (B) Nós todos agimos **como** manda a lei, em todos os sentidos.
- (C) **Como** você não disse nada, resolvi vir embora antes mesmo de você.
- (D) Ela permaneceu imóvel, do jeitinho **como** havíamos combinado.
- (E) Esta é a maneira **como** todos os convidados deveriam se comportar.

QUESTÃO 05

“A vida, mais do que a leitura, foi fundamental para a minha escrita.” (Milton Hatoum)

Assinale a alternativa cuja forma reescrita do pensamento acima altera o seu significado básico original.

- (A) A vida foi fundamental para a minha escrita, mais do que a leitura.
- (B) Mais do que a leitura, a vida foi fundamental para a minha escrita.
- (C) Foi fundamental para a minha escrita a vida, mais do que a leitura.
- (D) A leitura, mais do que a vida, foi fundamental para a minha escrita.
- (E) Foi fundamental para a minha escrita, mais do que a leitura, a vida.

QUESTÃO 06

“Mesmo que ele **quisesse**, não faria tamanho sacrifício por tão pouca coisa.”

A forma verbal destacada no período acima indica uma ação:

- (A) certa, real, no modo indicativo.
- (B) certa, real, no modo subjuntivo.
- (C) irreal, hipotética, no modo indicativo.
- (D) irreal, hipotética, no modo imperativo.
- (E) irreal, hipotética, no modo subjuntivo.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa cuja palavra destacada se refere a algo mencionado posteriormente no mesmo enunciado:

- (A) Dedicar sempre e melhorar cada vez – é **assim** que se faz!
- (B) Encontrei-me com sua amiga ontem. **Ela** é uma meiguice em pessoa.
- (C) Imploro que você faça pelo menos **isto**: estude bastante e seja muito bem-sucedido.
- (D) Português, Matemática, História, Geografia... **Tudo** é muito importante.
- (E) Não gosto de pessoas negativas; **essas** me fazem muito mal.

QUESTÃO 08

A ambiguidade – dupla possibilidade de leitura de uma palavra ou expressão – na redação técnica oficial é uma característica que:

- (A) deve ser evitada, pois é prejudicial à clareza de um texto.
- (B) deve ser praticada, pois garante criatividade dentro de um texto.
- (C) deve ser incentivada, pois é muito difícil de ser elaborada.
- (D) não tem nenhuma relação com a clareza e a objetividade de um texto.
- (E) é impossível de acontecer, pois só existe em textos literários.

QUESTÃO 09



BECK. *Armandinho*. Disponível em <https://www.tumblr.com/tirasarmandinho/tagged/propaganda>.

Nos quadrinhos acima, as formas verbais “ligam” e “querem” remetem a um sujeito:

- (A) determinado dentro dos próprios quadrinhos.
- (B) simples, com um núcleo bem determinado.
- (C) composto, com núcleos bem determinados.
- (D) indeterminado, com referência muito vaga.
- (E) inexistente, pois são ações que não exigem sujeito.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que apresenta o nome do documento técnico oficial cujo objetivo é apresentar os procedimentos e o cronograma das etapas de um processo seletivo.

- (A) Ata
- (B) Carta
- (C) Memorando
- (D) Ofício
- (E) Edital

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

O poder constituinte consiste na capacidade de, numa determinada situação concreta, criar, garantir, alterar ou eliminar uma Constituição. Possui como titular legítimo o povo e pode ser classificado em derivado, difuso, supranacional e originário. Acerca do poder constituinte, assinale a opção CORRETA:

- (A) Dentre as classificações do poder constituinte difuso estão o poder constituinte difuso reformador, o poder constituinte difuso decorrente e o poder constituinte difuso revisor.
- (B) O poder constituinte derivado é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente e busca a sua fonte de validade na cidadania universal, no pluralismo de ordenamentos jurídicos, na vontade de integração e em um conceito remodelado de soberania.
- (C) O poder constituinte originário (também denominado inicial, inaugural, genuíno ou de 1.º grau) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.
- (D) O poder constituinte derivado pode ser caracterizado como um poder de fato e que serve de fundamento para os mecanismos de atuação da mutação constitucional, instrumentalizando-se de modo informal e espontâneo, como verdadeiro poder de fato, e que decorre de fatores sociais, políticos e econômicos, encontrando-se em estado de latência.
- (E) O poder constituinte difuso (também denominado inicial, inaugural, genuíno ou de 1.º grau) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.

QUESTÃO 12

Acerca da política agrícola resguardada pela Constituição Federal, assinale a opção CORRETA:

- (A) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente, dentre outros, o seguro agrícola.
- (B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dois anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.
- (D) Excluem-se do planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.
- (E) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área de até dois mil hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

QUESTÃO 13

Acerca da organização político-administrativa do Estado, assinale a opção CORRETA que indique tratar de questão de competência privativa da União:

- (A) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (B) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- (C) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- (D) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (E) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

QUESTÃO 14

Diante das condições constitucionais de elegibilidade, quais sejam a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima, assinale a opção CORRETA:

- (A) É de quarenta anos a idade mínima para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
- (B) É de trinta e cinco anos a idade mínima para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (C) É de vinte e cinco anos a idade mínima para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
- (D) É de dezoito anos a idade mínima para Vereador.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 15

Assinale a assertiva CORRETA, que corresponda ao adequado entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça quanto à responsabilidade civil do Estado e de seus agentes:

- (A) A autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.
- (B) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- (C) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, após prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.
- (D) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- (E) É imprescindível que a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar apresente a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

QUESTÃO 16

Assinale a assertiva CORRETA, que corresponda ao adequado entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao regime jurídico administrativo e tributário:

- (A) Quando alugado a terceiros, o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, perde a imunidade ao IPTU, ainda que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.
- (B) A extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-Lei n.º 201/1967.
- (C) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.
- (D) A imunidade prevista no art. 150, VI, "d", da Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- (E) É ilegítima a cobrança da Cofins, do PIS e do Finsocial sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.

QUESTÃO 17

Nos termos do artigo 19 da Lei Federal nº. 12.846/2013, em razão da prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados pelas pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das sanções de perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; dissolução compulsória da pessoa jurídica; proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. Assinale a alternativa que indica de forma CORRETA a condição legal necessária para a aplicação da sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica:

- (A) A comprovação objetiva de atos contrários à probidade e à legalidade, quais sejam o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, ambos caracterizadores do abuso de personalidade.
- (B) A comprovação da utilização da personalidade jurídica de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos.
- (C) A comprovação objetiva da dissolução irregular da pessoa jurídica.
- (D) A comprovação da ausência de bens passíveis de expropriação, com o objetivo de cumprir o pressuposto de insuficiência patrimonial.
- (E) A comprovação objetiva da criação de obstáculos ao ressarcimento de prejuízos aos credores pela pessoa jurídica.

QUESTÃO 18

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.637/1998, considere as seguintes assertivas no que se relaciona aos pressupostos estatutários e de composição para que as entidades privadas possam se habilitar à qualificação como organização social pelo Poder Público:

“I – seu ato constitutivo deve prever participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral”;

“II – seu estatuto deve proibir a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade”;

“III – seu estatuto deve proibir que o conselho de administração detenha mais de 10% (dez por cento) de membros representantes do Poder Público”;

“IV – O conselho de administração das entidades deve ter mais de 50% (cinquenta por cento) de seus membros dentre as categorias de eleitos dentre os membros, associados ou pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 19

Acerca das normas constitucionais em matéria de previdência própria de servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contratual e retributivo, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (B) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante lei ordinária, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos por ato do respectivo ente federativo.
- (C) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei complementar federal.
- (D) O Supremo Tribunal Federal decidiu, em controle concentrado de constitucionalidade (ADIN 3133, ADIN 3143 e ADIN 3184), ser inconstitucional a incidência de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (E) Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, à metade de sua remuneração, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

QUESTÃO 20

A Lei Federal n.º 9.784/1999 foi alterada pela Lei Federal n.º 14.210/2021 visando à inclusão, naquela, de Capítulo voltado à tomada de “Decisão Coordenada”.

Sobre tal instituto jurídico, é CORRETO dizer:

- (A) não pode ser adotado em processos administrativos de licitação.
- (B) pode ser adotado em processos administrativos relacionados ao poder sancionador.
- (C) pode ser adotado em processos administrativos em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
- (D) os responsáveis pela instrução técnico-jurídica dos processos administrativos não podem participar da tomada de decisão coordenada.
- (E) Eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada implica prosseguimento no trâmite processual por meio da produção de documentos de modo individual por cada parte interessada, interrompendo-se as reuniões intersetoriais.

QUESTÃO 21

Acerca das licitações e contratos públicos disciplinados pela Lei Federal n.º 14.133/2021, considere as seguintes assertivas:

“I - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, vedada a prorrogação”.

“II - A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que exista projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se trate de necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado”.

“III - É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas situações, dentre outras, de registro de alimento perecível, sendo obrigatória, nesses casos, a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata”.

“IV - O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, sendo vedada, em qualquer hipótese, a adesão superveniente de outros órgãos na condição de não participante”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II, apenas.

QUESTÃO 22

Considerando o regime vigente da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992 e suas alterações), é CORRETO afirmar:

(A) Na hipótese de cometimento de ato de improbidade administrativa que descumpra princípios da administração pública, o responsável está sujeito, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos e ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida.

(B) Na hipótese de cometimento de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o responsável está sujeito, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos e ao pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida.

(C) A multa aplicada ao agente ímprobo pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma da lei é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

(D) Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei é independente do ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

(E) Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta com relação ao depósito do montante integral do débito em matéria tributária:

- (A) Constitui causa autônoma de exclusão do crédito tributário.
- (B) Para suspender a exigibilidade do crédito tributário depende de concessão de medida liminar em mandado de segurança no bojo do qual já haja sido realizado o referido depósito integral do montante do débito discutido.
- (C) Poderá ser efetuado em qualquer uma das ações antiexacionais, preventivas ou repressivas, para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (D) Assim como a conversão do depósito em renda, constitui causa autônoma para extinguir o crédito tributário em ações antiexacionais repressivas.
- (E) Constitui causa autônoma da extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 24

Relativamente ao imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, assinale a alternativa correta:

- (A) Com relação ao cálculo do ITBI nas operações de compra e venda, a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
- (B) Com relação ao cálculo do ITBI nas operações de compra e venda, ao Município é permitido arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.
- (C) O ITBI compete ao Município em que residente o adquirente.
- (D) O ITBI é tributo de competência da União, cabendo aos Municípios a sua arrecadação e fiscalização.
- (E) Com relação ao cálculo do ITBI nas operações de compra e venda, o valor da transação declarado pelo contribuinte pode ser afastado pelo Fisco por meio de ato administrativo, dispensando-se instauração de processo administrativo próprio.

QUESTÃO 25

Com relação à conduta de falta de atendimento de exigência da autoridade fazendária, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, assinale a alternativa correta:

- (A) Caracteriza infração tipificada e punida pelo Código Penal brasileiro, afastando a aplicação da legislação penal tributária especial.
- (B) Constitui crime contra a ordem tributária praticado por particular, mas não passível de pena de reclusão por ser de menor potencial ofensivo.
- (C) Não constitui crime contra a ordem tributária por ser incapaz de causar prejuízo relevante ao erário público.
- (D) Constitui crime funcional contra a ordem tributária.
- (E) Constitui crime contra a ordem tributária praticado por particulares, tipificado na legislação penal tributária especial.

QUESTÃO 26

A empresa Beta efetuou pagamento indevido de determinado tributo municipal em janeiro de 2019. Em março de 2020, protocolou pedido administrativo de restituição junto ao órgão administrativo competente, o qual permaneceu pendente de análise por longo período. Em abril de 2025, a empresa Beta, alegando observar o artigo 168, do CTN, ajuizou ação de repetição de indébito tributário para discutir o referido pagamento indevido do tributo municipal.

Considerando o cenário acima narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação de repetição de indébito ajuizada é tempestiva, uma vez que o pedido administrativo de restituição interrompe o prazo prescricional.
- (B) A ação de repetição de indébito ajuizada é intempestiva, uma vez que o pedido administrativo de restituição não interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da ação de repetição de indébito tributário.
- (C) O pedido administrativo de restituição apenas interrompe o prazo prescricional para a ação de execução de título judicial contra a Fazenda Pública, e não para a ação de repetição de indébito tributário.
- (D) O prazo prescricional somente se inicia depois do indeferimento expresso do pedido administrativo de restituição.
- (E) Enquanto pendente o pedido administrativo, o prazo para a ação de repetição de indébito estava suspenso, fato que impede o ajuizamento da ação.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta considerando a concessão de mandado de segurança em matéria tributária e os seus efeitos:

- (A) A concessão do mandado de segurança assegura automaticamente a restituição dos valores pagos indevidamente em período anterior à impetração.
- (B) A restituição de valores pagos indevidamente antes da impetração do mandado de segurança pode ser obtida no próprio processo mandamental, desde que haja pedido expresso e prova pré-constituída do pagamento.
- (C) Os efeitos patrimoniais do mandado de segurança alcançam apenas as parcelas exigidas após a impetração, produzindo efeitos retroativos limitados à data da decisão concessiva.
- (D) O mandado de segurança é meio processual adequado para declarar a ilegalidade da exigência tributária e para tornar exigível a restituição, desde que em âmbito administrativo, dos valores pagos antes da impetração, independentemente da propositura de ação própria.
- (E) A restituição de valores pagos anteriormente à impetração de mandado de segurança deve ser pleiteada por meio de ação própria ou na via administrativa.

QUESTÃO 28

No que concerne ao conceito e objeto do Direito Financeiro, bem como à disciplina jurídica da atividade financeira do Estado, assinale a alternativa correta:

- (A) A atividade financeira do Estado é o conjunto de ações voltadas à obtenção de recursos para o sustento da máquina pública e execução de necessidades coletivas, tendo como marcos normativos fundamentais a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e os artigos 163 a 169 da Constituição Federal.
- (B) As empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em sentido estrito submetem-se, em regra, ao princípio da racionalização das receitas e despesas próprio da atividade financeira estatal.
- (C) O Direito Financeiro possui objeto restrito à arrecadação de receitas tributárias, de modo que a gestão do endividamento público e a fiscalização de gastos são matérias de competência do Direito Administrativo.
- (D) De acordo com a sistemática constitucional, o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas não alcança as entidades da administração indireta que possuam personalidade jurídica de direito privado, em observância à autonomia de gestão dessas entidades.
- (E) O Direito Financeiro tem por objeto o Orçamento Público (LOA), não abrangendo em seu escopo as receitas extraorçamentárias, como as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

QUESTÃO 29

O modelo orçamentário brasileiro é composto por três leis integradas, de iniciativa do Poder Executivo, que buscam concretizar o planejamento e a execução das políticas públicas. Sobre as características e funções do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa correta:

- (A) O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de visão operacional que visa fixar as despesas e prever as receitas para um exercício financeiro, devendo ser enviado ao Legislativo anualmente até o dia 31 de agosto.
- (B) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende exclusivamente o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, sendo que o orçamento de investimento das empresas estatais é matéria reservada à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desempenha a função de elo entre o planejamento estratégico (PPA) e a execução operacional (LOA), tendo como atribuições orientar a elaboração da LOA e dispor sobre alterações na legislação tributária.
- (D) O PPA deve ser estabelecido de forma regionalizada e sua principal preocupação é discriminar, de forma objetiva e detalhada, todas as despesas correntes do ente federativo para os quatro anos de gestão.
- (E) Em observância ao princípio da anualidade orçamentária, os créditos especiais e extraordinários possuem vigência limitada ao exercício financeiro em que forem autorizados, sendo vedada a transposição de seus saldos remanescentes para o exercício subsequente.

QUESTÃO 30

No que concerne à disciplina legal das receitas públicas na Lei Federal n.º 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- (A) A alienação de bens, por representar uma entrada de recursos que aumenta o patrimônio do Estado, é classificada como Receita Corrente Patrimonial.
- (B) Ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como receita orçamentária todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.
- (C) As receitas orçamentárias compreendem todas as entradas de numerário, sem exceção, incluindo-se as emissões de papel-moeda e as entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
- (D) Os impostos e taxas, por derivarem do poder de império e serem destinados a investimentos permanentes, são classificados como Receitas de Capital.
- (E) O princípio da universalidade impõe que todas as receitas, inclusive as operações de crédito por antecipação da receita (ARO), constem obrigatoriamente na Lei de Orçamento.

QUESTÃO 31

Considerando a Lei Complementar n.º 101/2000, assinale a alternativa correta:

- (A) A despesa total com pessoal será apurada considerando somente os gastos com servidores ativos.
- (B) Ultrapassado o limite legal de despesa com pessoal, ficam vedadas, entre outras medidas, a concessão de vantagem, aumento ou reajuste de remuneração.
- (C) O ente federativo que ultrapassar o limite legal de despesa com pessoal deverá eliminar o excedente, prioritariamente, por meio da exoneração de servidores estáveis.
- (D) Os Municípios poderão contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação independentemente de autorização na lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.
- (E) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

QUESTÃO 32

Conforme dispõe a Lei Federal n.º 4.320/64, o empenho é a medida que vincula recursos orçamentários para o pagamento de despesas públicas. Com fundamento nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- (A) O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- (B) A liquidação da despesa pode ser realizada mesmo que o empenho não tenha sido formalizado, desde que haja nota fiscal ou documento equivalente.
- (C) É vedado realizar por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- (D) É dispensada a emissão de nota de empenho para despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (E) O empenho por estimativa é utilizado exclusivamente para despesas de pequeno valor, não podendo ser aplicado a despesas periódicas ou contínuas.

QUESTÃO 33

Considerando o regime do Código Civil em seu título sobre Responsabilidade Civil, é INCORRETO afirmar serem responsáveis por atos de terceiros, dentre outros:

- (A) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (B) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- (C) os empregadores ou comitentes, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (D) os agentes públicos, por suas decisões ou opiniões técnicas, em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (E) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa CORRETA, à luz do Código Civil brasileiro, acerca do regime do direito real de usufruto:

- (A) Aplica-se ao doador que se reserva o usufruto da coisa doada o dever de dar caução ao dono, fidejussória ou real, de velar-lhe pela conservação e devolvê-la findo o usufruto.
- (B) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- (C) O usufrutuário tem direito a dispor, reaver, possuir, usar, administrar e perceber os frutos da coisa.
- (D) Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, não há, na hipótese de falecimento, o direito de acrescer por parte do(s) sobrevivente(s), salvo se por estipulação expressa.
- (E) Salvo disposição expressa, o usufrutuário não faz seus os frutos naturais, pendentes ao começar o usufruto, sem prejuízo do encargo de, havendo estipulação, pagar as despesas de produção.

QUESTÃO 35

João e Maria celebraram negócio jurídico, incluindo em suas disposições uma condição resolutiva que é de impossível atingimento no contexto fenomênico.

Considerando as disposições do Código Civil brasileiro acerca das condições impossíveis e dos elementos acidentais dos negócios jurídicos, é CORRETO dizer, quanto ao negócio jurídico celebrado entre João e Maria:

- (A) que ele é válido, mas ineficaz até que atingida a condição.
- (B) que ele é válido, mas a condição resolutiva deve ser considerada inexistente.
- (C) que ele é inválido, pois sujeito à condição impossível.
- (D) que ele é inválido, mas eficaz até que se pronuncie a sua invalidade por autoridade jurisdicional competente.
- (E) que ele é inexistente e ineficaz.

QUESTÃO 36

Décio celebra acordo extrajudicial com o Município de Beta, concordando em ressarcir os valores devidos ao Município em virtude de acidente de trânsito em que Décio fora culpado, mas de modo parcelado, acrescido dos encargos típicos da mora e atendendo ao integral ressarcimento ao Poder Público, de forma harmônica à legislação local vigente quanto às condições econômicas de recuperação de créditos tributários e não tributários.

Em virtude do excesso de serviço e elevado volume de demandas que atrasam a efetivação de medidas extrajudiciais e judiciais de cobrança, a Procuradoria do Município incluiu no acordo, por cautela, uma cláusula de renúncia antecipada, por parte de Décio, à prescrição de eventual pretensão executiva ou de cobrança por parte do Município caso haja inadimplemento do particular.

Em relação, especificamente, à cláusula de renúncia à perda da pretensão do Município pela prescrição, e considerando os termos do Código Civil brasileiro, é CORRETO afirmar:

- (A) trata-se de cláusula inválida, pois a renúncia à prescrição só valerá se feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- (B) trata-se de cláusula inexistente, pois que atinge o núcleo essencial de direitos fundamentais.
- (C) trata-se de cláusula inválida, pois a renúncia à prescrição apenas pode ocorrer de modo tácito e se decorrente de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- (D) trata-se de cláusula válida, mas ineficaz enquanto não se consumir o prazo prescricional incidente.
- (E) trata-se de cláusula válida e eficaz.

QUESTÃO 37

Considerando as disposições da Lei Federal n.º 8.245/1991 (Lei de Locações), analise as seguintes assertivas:

“I - Se o imóvel locado for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de trinta dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação, independentemente, neste caso, se estiver averbado junto à matrícula do imóvel”.

“II - Morrendo o locatário, ficarão sub-rogados nos seus direitos e obrigações, nas locações com finalidade residencial, o cônjuge sobrevivente ou o companheiro e, sucessivamente, os herdeiros necessários e as pessoas que viviam na dependência econômica do *de cuius*, desde que residentes no imóvel”.

“III - O locatário preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos trinta dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel”.

“IV - Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 38

Marcos propôs ação indenizatória em face da empresa de transporte urbano Veloz S.A., alegando prejuízos materiais e abalo moral decorrentes de falha na prestação do serviço. O juízo julgou o pedido procedente, condenando a ré ao pagamento de indenização, porém sem fixar o valor exato da condenação, que dependerá de apuração posterior.

Inconformada, a empresa interpôs recurso de apelação, ainda não apreciado pelo Tribunal. Mesmo assim, Marcos pretende desde já apurar o montante devido.

Diante desse cenário e considerando o instituto da coisa julgada e o regime da liquidação de sentença, assinale a alternativa correta, nos termos do Código de Processo Civil:

- (A) É admissível a liquidação de sentença antes do trânsito em julgado, independentemente dos efeitos em que a apelação tenha sido recebida.
- (B) A liquidação somente poderá ser iniciada se o recurso tiver sido recebido exclusivamente no efeito devolutivo.
- (C) A pendência do julgamento do recurso de apelação impede a liquidação, uma vez que a coisa julgada formada recai tanto sobre o reconhecimento do dever de indenizar quanto sobre o valor da condenação.
- (D) A liquidação da sentença possui natureza executiva, razão pela qual depende da coisa julgada material sob pena de constrição indevida e irreversível de bens nesta fase.
- (E) Não é possível promover a liquidação enquanto houver recurso pendente, pois a decisão pode ser alterada pelo Tribunal.

QUESTÃO 39

Em ação de cobrança, a empresa Alfa Comércio Ltda. foi condenada ao pagamento de indenização por prejuízos materiais causados ao autor. Após o trânsito em julgado da sentença, iniciou-se o cumprimento de sentença.

No curso da execução, frustradas as tentativas de localização de bens penhoráveis em nome da pessoa jurídica, o exequente requereu a instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica, buscando alcançar o patrimônio dos sócios.

Na qualidade de advogado(a) da sociedade executada, você é consultado(a) acerca da regularidade e dos efeitos do referido incidente. Assinale a alternativa correta:

- (A) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica é medida excepcional admitida apenas em execuções fiscais, não se aplicando ao procedimento comum cível.
- (B) A instauração do incidente suspende o andamento do processo principal e sua resolução ocorre por decisão interlocutória.
- (C) O incidente não pode ser instaurado na fase de cumprimento de sentença, pois a responsabilidade patrimonial limita-se às partes que constaram no título judicial.
- (D) Uma vez instaurado o incidente, os sócios poderão ter seus bens atingidos independentemente de prévia citação ou oportunidade de manifestação, em razão da natureza executiva da medida.
- (E) O incidente somente pode ser requerido antes da sentença, sendo vedada sua formulação após o trânsito em julgado da condenação.

QUESTÃO 40

À luz do disposto no art. 360 do Código de Processo Civil, acerca do poder de polícia exercido pelo juiz na condução da audiência, assinale a alternativa correta:

- (A) O juiz pode requisitar força policial e ordenar a retirada de pessoa que perturbe a audiência, desde que referidas medidas sejam fundamentadas por escrito nos autos.
- (B) O poder de polícia do juiz restringe-se à manutenção da ordem e ao controle de acesso à sala de audiência, sendo vedada a requisição de força policial ou a retirada compulsória de participantes.
- (C) Incumbe ao juiz manter a ordem e o decoro na audiência, ordenar a retirada de quem se comporte inconvenientemente, requisitar força policial quando necessário, tratar com urbanidade todos os participantes do processo e registrar em ata, com exatidão, os requerimentos apresentados em audiência.
- (D) O registro dos requerimentos formulados em audiência é atribuição exclusiva do escrivão ou chefe de secretaria, não se inserindo no âmbito do poder de polícia do magistrado.
- (E) O dever de urbanidade do juiz o impede de requisitar a adoção de medidas coercitivas no exercício do poder de polícia.

QUESTÃO 41

Marcelo ajuizou ação de execução em face de Fernanda fundada em título executivo extrajudicial. Regularmente citada, a executada apresentou embargos à execução, os quais foram julgados totalmente improcedentes pelo juízo de primeiro grau.

Inconformada, Fernanda interpôs recurso de apelação. Ao receber o recurso, o relator, de forma individual e com fundamento nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil, proferiu decisão monocrática negando-lhe provimento.

Diante dessa decisão singular proferida no âmbito do tribunal, assinale a alternativa que indique corretamente o recurso adequado a ser manejado pela executada.

- (A) Agravo interno, a ser apreciado pelo órgão colegiado competente do tribunal, visando submeter a decisão monocrática do relator ao julgamento do colegiado.
- (B) Recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, para impugnar diretamente a decisão do relator por suposta violação à lei federal.
- (C) Embargos de declaração, a fim de rediscutir o mérito da decisão monocrática e provocar sua reforma pelo próprio relator.
- (D) Agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória proferida no curso do processo recursal.
- (E) Recurso ordinário constitucional, por se tratar de decisão proferida por tribunal em grau recursal.

QUESTÃO 42

Acerca das infrações administrativas previstas no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta a respeito das sanções aplicáveis às entidades de atendimento que deixam de observar as obrigações legais impostas pela legislação de regência:

- (A) O inadimplemento das obrigações impostas às entidades de atendimento ao idoso autoriza a imposição de penas, sendo a sanção pecuniária condicionada à reincidência específica na infração cometida.
- (B) A aplicação de multa administrativa, em observância ao *non bis in idem*, afasta eventual responsabilidade penal.
- (C) A penalidade restringe-se à multa de valor fixo previamente estipulado em lei, vedada a interdição ou qualquer medida restritiva ao funcionamento da entidade.
- (D) A autoridade competente não pode interditar o estabelecimento até que sejam cumpridas todas as exigências legais para a sua regularização.
- (E) O descumprimento das obrigações legais sujeita a entidade à multa em valor variável, desde que o fato não constitua crime, podendo a autoridade competente determinar a interdição do estabelecimento até a regularização das exigências legais.

QUESTÃO 43

À luz das disposições do Estatuto da Igualdade Racial acerca da organização administrativa das políticas públicas voltadas à superação das desigualdades étnicas, assinale a alternativa correta sobre o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir):

- (A) O Sinapir constitui órgão integrante da estrutura administrativa direta da União, dotado de personalidade jurídica própria, ao qual se subordinam os entes federativos.
- (B) A integração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sinapir é compulsória, por se tratar de política pública de observância obrigatória decorrente da competência comum prevista na Constituição Federal.
- (C) O Sinapir destina-se exclusivamente à formulação normativa de diretrizes gerais, sendo vedada a prestação direta de serviços ou a execução de políticas públicas pelo Poder Executivo federal.
- (D) A participação dos entes subnacionais depende de convênio administrativo específico, condicionado à autorização legislativa federal, inexistindo previsão de adesão voluntária.
- (E) O Sinapir configura mecanismo de organização e articulação destinado à implementação de políticas e serviços voltados à superação das desigualdades étnicas, podendo Estados, Distrito Federal e Municípios integrar o sistema mediante adesão, independentemente de lei própria.

QUESTÃO 44

Considerando a disciplina legal acerca da usucapião especial de imóvel urbano, prevista na legislação urbanística brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que possuir área urbana de até 300m², por cinco anos ininterruptos, para fins de moradia própria ou familiar, adquirirá o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) O reconhecimento da usucapião especial urbana depende de posse contínua por dez anos, admitindo-se oposição eventual do proprietário registral.
- (C) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença com efeito entre as partes, não servindo como título registrável.
- (D) O herdeiro legítimo pode continuar, de pleno direito, a posse de seu antecessor, para fins de usucapião especial urbana, desde que já residisse no imóvel quando da abertura da sucessão.
- (E) O direito à usucapião especial urbana poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor quantas vezes forem necessárias, desde que preenchidos os requisitos legais em cada imóvel.

QUESTÃO 45

Considerando a disciplina do atendimento e da internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O atendimento domiciliar restringe-se a procedimentos médicos e de enfermagem, sendo vedada a atuação de profissionais de outras áreas da saúde no domicílio do paciente.
- (B) A internação domiciliar poderá ser realizada independentemente de indicação médica, desde que haja solicitação do paciente ou de seus familiares.
- (C) O atendimento e a internação domiciliares serão executados exclusivamente por médico responsável, admitido apoio eventual de outros profissionais.
- (D) O atendimento, bem como a internação domiciliar compreendem diversos procedimentos para o cuidado integral do paciente e são realizados por equipes multidisciplinares, mediante indicação médica e desde que haja a concordância expressa do paciente e também de sua família.
- (E) O atendimento domiciliar possui caráter meramente terapêutico, não abrangendo ações preventivas ou reabilitadoras.

QUESTÃO 46

Durante uma discussão acalorada, Carlos, tomado por forte irritação, sacou uma faca e desferiu um golpe contra João, atingindo superficialmente seu braço, com a intenção de matá-lo. Ao perceber o sangramento, decidiu não prosseguir com novos golpes. Em seguida, prestou socorro imediato à vítima, levando-a ao hospital, onde recebeu atendimento médico e se recuperou sem risco de morte.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) Carlos responderá por tentativa de homicídio, pois iniciou a ação com intenção de matar.
- (B) Carlos não responderá por qualquer crime, pois houve arrependimento posterior.
- (C) Carlos responderá apenas pelos atos já praticados, considerando que o seu comportamento posterior impediu que o resultado se consumasse.
- (D) Carlos responderá por lesão corporal culposa, pois não houve intenção de produzir o resultado.
- (E) Carlos responderá por tentativa de homicídio privilegiado, em razão do arrependimento.

QUESTÃO 47

Durante o período de transição administrativa após eleição municipal, Pedro, prefeito eleito, mas ainda não empossado, encontra-se com Vitor, empresário que mantém contratos vigentes com o município.

Na conversa, Pedro afirma:

“Quando eu assumir, sua empresa pode ter problemas nas renovações contratuais. Mas, se você colaborar com uma doação de R\$ 30.000,00 para minha equipe de transição, consigo garantir que nada aconteça.”

Temendo prejuízos futuros, Vitor realiza o pagamento. Posteriormente, Pedro sequer chega a tomar posse, pois teve o registro cassado antes da investidura.

Considerando o Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) O fato é atípico, pois Pedro não era funcionário público no momento da exigência.
- (B) Configura concussão consumada, pois o tipo penal admite conduta praticada antes de assumir a função, desde que em razão dela.
- (C) Configura corrupção passiva tentada, pois a vantagem foi solicitada antes da investidura no cargo.
- (D) Configura estelionato, pois houve ameaça indireta sem vínculo funcional efetivo.
- (E) Configura concussão tentada, pois Pedro não chegou a exercer o cargo público.

QUESTÃO 48

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio de Posse, assinale a opção CORRETA:

- (A) A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita bienalmente, em ano que não haja eleições municipais.
- (B) Compete privativamente à Câmara Municipal proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias (60) após a abertura da sessão legislativa.
- (C) Ao Município compete subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária, ou afins.
- (D) São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente ser brasileiro, estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de dezoito anos.
- (E) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo de 90 dias, prorrogável por igual prazo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, ou outro órgão, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

QUESTÃO 49

Nos termos do Plano de Cargos e Salários aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse, aos servidores admitidos após a sua entrada em vigor, as progressões em níveis (plano de carreira) serão:

- (A) limitadas a 09 (nove) níveis de remuneração e cada progressão ensejará o acréscimo de adicional de progressão de 06% (seis por cento) sobre o salário inicial do nível I da respectiva carreira.
- (B) limitadas a 12 (doze) níveis de remuneração e cada progressão ensejará o acréscimo de adicional de progressão de 05% (cinco por cento) sobre o salário inicial do nível I da respectiva carreira.
- (C) limitadas a 11 (onze) níveis de remuneração e cada progressão ensejará o acréscimo de adicional de progressão de 10% (dez por cento) sobre o salário inicial do nível I da respectiva carreira.
- (D) limitadas a 10 (dez) níveis de remuneração e cada progressão ensejará o acréscimo de adicional de progressão de 05% (cinco por cento) sobre o salário inicial do nível I da respectiva carreira.
- (E) limitadas a 08 (oito) níveis de remuneração e cada progressão ensejará o acréscimo de adicional de progressão de 08% (oito por cento) sobre o salário inicial do nível I da respectiva carreira.

QUESTÃO 50

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 01/1991 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santo Antônio de Posse), analise as seguintes assertivas:

“I - Readaptação é a investidura do servidor público em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, verificada em inspeção médica.”

“II - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, a pedido do funcionário interessado.”

“III - Em casos excepcionais, a critério da administração e a pedido do funcionário, as férias poderão ser gozadas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior a 14 dias.”

“IV - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência administrativa”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

PROVA DISCURSIVA
QUESTÕES DISSERTATIVAS

Considerando o estabelecido no Capítulo 11 do Edital, responda as 2 (duas) questões dissertativas com número **mínimo de 05 (cinco) e máximo de 10 (dez) linhas** para cada uma das questões. A resposta deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

QUESTÃO 01

A Administração Pública pode outorgar, tendo em vista o atingimento do interesse público e sua conjugação, conforme o caso, com interesses de particulares, o direito de uso de bens públicos por sujeitos privados. A doutrina administrativista distingue três formas de fazê-lo. Responda quais são estas formas e no que consistem, com ao menos 2 (duas) características de cada uma.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

QUESTÃO 02

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, distinga os objetos das fases de habilitação e de classificação no âmbito das licitações públicas, bem como qual a ordem em que elas são realizadas, em regra, e o porquê desta ordem.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Décio, proprietário do imóvel “X”, promoveu, por meio de alteração de contrato social de sociedade empresária (de razão social “123 Ltda.”) da qual é o administrador, a incorporação deste imóvel, situado no Município de Beta, ao patrimônio empresarial, visando à integralização de capital da pessoa jurídica.

Dos termos da alteração do contrato social há a descrição de que o imóvel, aqui denominado de “X”, foi avaliado no valor de mercado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mas o ato constitutivo prevê que Décio e a sociedade empresária estão integralizando quotas sociais no limite do valor histórico do imposto de renda do proprietário Décio, o qual é de R\$ 100.000,00, mesmo montante das quotas sociais integralizadas, prevendo que o valor remanescente do bem se destina à formação de reserva de capital na pessoa jurídica.

Décio e a pessoa jurídica entendem que tal operação lhes rende imunidade tributária sobre o ITBI – Imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos.

Protocolam no Município de Beta, então, petição administrativa para lograrem a certidão de imunidade de ITBI, ato preparatório ao registro cartorial da alteração do contrato social.

A autoridade fazendária do Município de Beta discorda, porém, do entendimento de Décio, especificamente no que se relaciona ao valor de mercado do imóvel que remanesce da integralização de capital, isto é, que supera o valor da integralização das quotas sociais empresariais (R\$ 900.000,00), instituindo processo administrativo fiscal e notificando Décio e a pessoa jurídica ao exercício do contraditório.

Ao cabo de processo administrativo em que foram atendidas as garantias do contraditório e da ampla defesa, a conclusão fiscal é de incidência do ITBI sobre o remanescente do valor de mercado do imóvel declarado na própria alteração de contrato social, tendo havido o lançamento tributário.

Considere, nesse contexto, que o Código Tributário do Município de Beta detém dispositivo normativo assim redigido: “A não incidência de ITBI restringe-se ao valor do imóvel suficiente à integralização da cota do capital social, incidindo o imposto sobre o excedente do valor venal, se houver”.

Também considere que a sociedade empresária 123 não tem atividade preponderante à compra, venda, locação ou arrendamento de imóveis.

Irresignado, Décio e a sociedade empresária 123 impetram mandado de segurança junto à 2.^a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta, sustentando a inconstitucionalidade difusa da norma local e de sua interpretação pela autoridade fazendária, pois que a hipótese seria de imunidade tributária em seu favor, bem como que seria vedado ao Fisco estabelecer base de cálculo de ITBI diversa daquela atribuída ao negócio jurídico privado que perfaz o fato gerador.

O Município exerceu o contraditório, mas, ainda assim, o Juízo Singular sentenciou pela procedência da ação, concedendo a segurança para fins de expedição, pelo Município, da certidão de imunidade de ITBI envolvendo o imóvel em referência, condenando o Poder Público ao pagamento de custas e honorários de advogado sucumbenciais.

O Município interpôs Apelação, a qual foi desprovida, por decisão monocrática do Excelentíssimo Desembargador Relator, pois compreendeu que o tema já seria objeto de entendimento decorrente de recursos repetitivos pelos Tribunais Superiores, ratificando os fundamentos do Juízo Singular e majorando os honorários sucumbenciais em virtude do desfecho recursal.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Beta, adote a medida recursal prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma da decisão do Exmo. Relator, perante a Câmara Julgadora.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, em **espaço pré-determinado de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) linhas**. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	

59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	

127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

